

PORTARIA COREN-PI N.º 871, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí (Coren-PI), no uso de suas competências legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973 e pelo Regimento Interno aprovado pela Decisão Coren-PI nº 154/2023, homologada pela Decisão Cofen nº 037/2024, respectivamente, e;

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração.

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Licitatório nº 1052/2021

CONSIDERANDO o Termo de Contrato nº 008/2022;

CONSIDERANDO a Portaria nº 173, de 24 de março de 2022;

CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I- Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao Coren-PI;

II- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

III- Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

IV- Indicar eventuais glosas das faturas;

Art. 1º - Designar os servidores abaixo discriminados, para exercerem a fiscalização do Termo de Contrato nº 008/2022, celebrado com a empresa DUO TELECOM - CNPJ: 07.128.744/0001/35, para prestação de serviços de locação de central telefônica inteligente com tecnologia Voip, tipo PABX em nuvem, com capacidade para até 50 (cinquenta) ramais integrados com inclusão de todos os equipamentos, para a sede do Coren-PI.

• **SR. RAYFRAN RUBENS BANDEIRA DA SILVA, matrícula nº 36**, como Fiscal Efetivo.

• **SR. ELISEU LIMA NERES**, matrícula nº 173, como Fiscal Suplente.

Art. 2º Cientificar que responderá solidariamente, perante os órgãos competentes, o fiscal que atestar o recebimento dos bens e/ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando a Portaria nº 173/2022.

Art. 4º Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 27 de novembro de 2024.

Dr. Samuel Freitas Soares

Conselheiro Presidente
Coren-PI nº 328.982-ENF